



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 1

LEI Nº 265/2023

SÚMULA: DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA O EXERCÍCIO DE 2024, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Bom Jesus da Serra, Estado da Bahia, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte:

L
E
I

Art. 1º - O Orçamento do Município de Bom Jesus da Serra, Estado da Bahia, para o exercício de 2024 será elaborado e executado observando as diretrizes, objetivos, prioridades e metas estabelecidas nesta lei, compreendendo:

- I** - as Metas Fiscais;
- II** - as Prioridades da Administração Municipal;
- III** - a Estrutura dos Orçamentos;
- IV** - as Diretrizes para a Elaboração do Orçamento do Município;
- V** - as Disposições sobre a Dívida Pública Municipal;
- VI** - as Disposições sobre Despesas com Pessoal;
- VII** - as Disposições sobre Alterações na Legislação Tributária; e
- VIII** - as Disposições Gerais.

I - DAS METAS FISCAIS

Art. 2º - Em cumprimento ao estabelecido no artigo 4º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, as metas fiscais de receitas, despesas, resultado primário, nominal e montante da dívida pública para o exercício de 2024, estão identificados nos Demonstrativos desta Lei, em conformidade com a Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022.

Art. 3º - A Lei Orçamentária Anual abrangerá as Entidades da Administração Direta, Indireta constituídas pelas Autarquias, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista que recebem recursos do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social.

Art. 4º - O Anexo de Riscos Fiscais, § 3º do art. 4º da LRF, obedece às determinações do MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS DA Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022.

Art. 5º - Os Anexos de Riscos Fiscais e Metas Fiscais desta Lei, constituem-se dos seguintes:

01.00.00 PARTE I ANEXO DE RISCOS FISCAIS.

01.01.00 DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 2

02.00.00 PARTE II ANEXO DE METAS FISCAIS

02.01.00 DEMONSTRATIVO 1 - METAS ANUAIS.

02.02.00 DEMONSTRATIVO 2 - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR.

02.03.00 DEMONSTRATIVO 3 - METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES.

02.04.00 DEMONSTRATIVO 4 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.

02.05.00 DEMONSTRATIVO 5 - ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS.

02.06.00 DEMONSTRATIVO 6 - AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES.

02.07.00 DEMONSTRATIVO 7 - ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA.

02.08.00 DEMONSTRATIVO 8 - MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Parágrafo Único - Os Demonstrativos referidos neste artigo, serão apurados em cada Unidade Gestora e a sua consolidação constituirá nas Metas Fiscais do Município.

RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 6º - Em cumprimento ao § 3º do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2024, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

METAS ANUAIS

Art. 7º - Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, o Demonstrativo 1- Metas Anuais, será elaborado em valores Correntes e Constantes, relativos à Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o Exercício de Referência 2024 e para os dois seguintes.

§ 1º - Os valores correntes dos exercícios de 2024, 2025 e 2026 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do Índice Oficial de Inflação Anual, dentre os sugeridos pela Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022.

§ 2º - Os valores da coluna "% PIB", são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 3

§ 3º - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, as METAS ANUAIS DA LDO 2024 contam com o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 8º - Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 2 - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

Parágrafo único - Em cumprimento ao estabelecido na Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, as METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR da LDO 2024, passam a conter o cálculo do percentual em relação à Receita Corrente Líquida do respectivo Estado da Federação.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art.9º - De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 3 - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo 1.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 10º - Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo 4 - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio de cada Ente do Município e sua Consolidação.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 11 - O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 4

integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos. O Demonstrativo 5 - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos, deve estabelecer de onde foram obtidos os recursos e onde foram aplicados.

Parágrafo Único - O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 12 - Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. O Demonstrativo 6 - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos, seguindo o modelo da Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 13 - Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais deverá conter um demonstrativo que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º - A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, etc.

§ 2º - A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO.

Art. 14 - O Art. 17, da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único - O Demonstrativo 8 - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DE RECEITAS, DESPESAS, RESULTADO PRIMÁRIO, RESULTADO NOMINAL E MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 5

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS.

Art. 15 - O § 2º, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único - De conformidade com a Portaria STN nº 1.447, de 14 de junho de 2022, a base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores arrecadados na receita realizada e na despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2024, 2025 e 2026.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DOS RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL.

Art. 16 - A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Art. 17 - O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN.

§ 1º - O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional e às normas da contabilidade pública.

§ 2º - O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

§ 3º - A unificação dos Demonstrativos de Resultados Primário e Nominal, obedeceram às determinações da Portaria STN Nº 495/2017 e o modelo de relatório da Portaria STN nº 286, de 7 de maio de 2019.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA.

Art. 18 - Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único - Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2024, 2025 e 2026.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 6

II - DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL.

Art. 19 - As prioridades e metas da Administração Municipal para o exercício financeiro de 2024, estão definidas e demonstradas no Plano Plurianual de 2022 a 2025, compatíveis com os objetivos e normas estabelecidas nesta lei.

§ 1º - Os recursos estimados na Lei Orçamentária para 2024 serão destinados, preferencialmente, para as prioridades e metas estabelecidas nos Anexos do Plano Plurianual não se constituindo todavia, em limite à programação das despesas.

§ 2º - Na elaboração da proposta orçamentária para 2024, o Poder Executivo poderá aumentar ou diminuir as metas físicas estabelecidas nesta Lei, a fim de compatibilizar a despesa orçada à receita estimada, de forma a preservar o equilíbrio das contas públicas.

III - DA ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS.

Art. 20 - O orçamento para o exercício financeiro de 2024 abrangerá os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras, que recebam recursos do Tesouro e da Seguridade Social e será estruturado em conformidade com a Estrutura Organizacional estabelecida em cada Entidade da Administração Municipal.

Art. 21 - A Lei Orçamentária para 2024 evidenciará as Receitas e Despesas de cada uma das Unidades Gestoras, especificando aqueles vínculos a Fundos, Autarquias, e aos Orçamentos Fiscais e da Seguridade Social, desdobradas as despesas por função, sub-função, programa, projeto, atividade ou operações especiais e, quanto a sua natureza, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação, tudo em conformidade com as Portarias SOF/STN 42/1999 e 163/2001 e alterações posteriores, as quais deverão conter os Anexos exigidos nas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Art. 22 - A Mensagem de Encaminhamento da Proposta Orçamentária de que trata o art. 22, Parágrafo Único, inciso I da Lei 4.320/1964, conterá todos os Anexos exigidos na legislação vigente.

IV - DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 23 - O Orçamento para exercício de 2024 obedecerá entre outros, ao princípio da transparência e do equilíbrio entre receitas e despesas, abrangendo os Poderes Legislativo e Executivo, Fundações, Fundos, Empresas Públicas e Outras (arts. 1º, § 1º 4º I, "a" e 48 LRF).

Art. 24 - Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes (art. 12 da LRF).

Parágrafo Único - Até 30 dias antes do prazo para encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 7

da Câmara Municipal e do Ministério Público, os estudos e as estimativas de receitas para exercícios subsequentes e as respectivas memórias de cálculo (art. 12, § 3º da LRF).

Art. 25 - Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, os Poderes Legislativo e Executivo, de forma proporcional as suas dotações e observadas a fonte de recursos, adotarão o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, para as dotações abaixo (art. 9º da LRF):

- I** - projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de transferências voluntárias;
- II** - obras em geral, desde que ainda não iniciadas;
- III** - dotação para combustíveis, obras, serviços públicos e agricultura; e
- IV** - dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades.

Parágrafo Único - Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior, em cada fonte de recursos.

Art. 26 - As Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado em relação à Receita Corrente Líquida, programadas para 2023, poderão ser expandidas em até 5%, tomando-se por base as Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado fixadas na Lei Orçamentária Anual para 2023 (art. 4º, § 2º da LRF).

Art. 27 - Constituem Riscos Fiscais capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas do Município, aqueles constantes do Anexo Próprio desta Lei (art. 4º, § 3º da LRF).

Parágrafo Único: Os riscos fiscais, caso se concretizem, serão atendidos com recursos constantes de Artigo 43 da Lei Federal Nº 4.320/1964.

Art. 28 - O Orçamento para o exercício de 2024 poderá destinar recursos para a Reserva de Contingência, não inferiores a 3% das Receitas Correntes Líquidas previstas e 10% do total do orçamento de cada entidade para a abertura de Créditos Adicionais Suplementares. (art. 5º, III da LRF).

§ 1º - Os recursos da Reserva de Contingência serão destinados ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, obtenção de resultado primário positivo se for o caso, e também para abertura de Créditos Adicionais Suplementares conforme disposto na Portaria MPO nº 42/1999, art. 5º e Portaria STN nº 163/2001, art. 8º (art. 5º III, "b" da LRF).

§ 2º - Os recursos da Reserva de Contingência destinados a riscos fiscais, caso estes não se concretizem até o dia 01 de dezembro de 2023, poderão ser utilizados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal para abertura de créditos adicionais suplementares de dotações que se tornaram insuficientes.

Art. 29 - Os investimentos com duração superior a 12 meses só constarão da Lei Orçamentária Anual se contemplados no Plano Plurianual (art. 5º, § 5º da LRF).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 8

Art. 30 - O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal ou bimestral para as Unidades Gestoras, se for o caso (art. 8º da LRF).

Art. 31 - Os Projetos e Atividades priorizados na Lei Orçamentária para 2024 com dotações vinculadas e fontes de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outras extraordinárias, só serão executados e utilizados a qualquer título, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado ainda o montante ingressado ou garantido (art. 8º, § parágrafo único e 50, I da LRF).

Art. 32 - A renúncia de receita estimada para o exercício de 2024, constante do Anexo Próprio desta Lei, não será considerada para efeito de cálculo do orçamento da receita (art. 4º, § 2º, V e art. 14, I da LRF).

Art. 33 - A transferência de recursos do Tesouro Municipal a entidades privadas, beneficiará somente aquelas de caráter educativo, assistencial, recreativo, cultural, esportivo, de cooperação técnica e voltadas para o fortalecimento do associativismo municipal e dependerá de autorização em lei específica (art. 4º, I, "f" e 26 da LRF).

Parágrafo Único - As entidades beneficiadas com recursos do Tesouro Municipal deverão prestar contas no prazo de 30 dias, contados do recebimento do recurso, na forma estabelecida pelo serviço de contabilidade municipal (art. 70, parágrafo único da Constituição Federal).

Art. 34 - Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Parágrafo Único - Para efeito do disposto no art. 16, § 3º da LRF, são consideradas despesas irrelevantes, aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2024, em cada evento, não exceda ao valor limite para dispensa de licitação, fixado no item I do art. 24 da Lei nº 8.666/1993, devidamente atualizado (art. 16, § 3º da LRF).

Art. 35 - As obras em andamento e a conservação do patrimônio público terão prioridade sobre projetos novos na alocação de recursos orçamentários, salvo projetos programados com recursos de transferência voluntária e operação de crédito (art. 45 da LRF).

Art. 36 - Despesas de competência de outros entes da federação só serão assumidas pela Administração Municipal quando firmados convênios, acordos ou ajustes e previstos recursos na lei orçamentária (art. 62 da LRF).

Art. 37 - A previsão das receitas e a fixação das despesas serão orçadas para 2024 a preços correntes.



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 9

Art. 38 - A execução do orçamento da Despesa obedecerá, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, a dotação fixada para cada Grupo de Natureza de Despesa / Modalidade de Aplicação, com apropriação dos gastos nos respectivos elementos de que trata a Portaria STN nº 163/2001.

Parágrafo Único - A transposição, o remanejamento ou a transferência de recursos de um Grupo de Natureza de Despesa/Modalidade de Aplicação para outro, dentro de cada Projeto, Atividade ou Operações Especiais, poderá ser feita por Decreto do Prefeito Municipal no âmbito do Poder Executivo e por Decreto Legislativo do Presidente da Câmara no âmbito do Poder Legislativo (art. 167, VI da Constituição Federal).

Art. 39 - Durante a execução orçamentária de 2024, se o Poder Executivo Municipal for autorizado por lei, poderá incluir novos projetos, atividades ou operações especiais no orçamento das Unidades Gestoras na forma de crédito especial, desde que se enquadre nas prioridades para o exercício de 2024 (art. 167, I da Constituição Federal).

Art. 40 - O controle de custos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal, obedecerá ao estabelecido no art. 50, § 3º da LRF.

Parágrafo Único - Os custos serão apurados através de operações orçamentárias, tomando-se por base as metas fiscais previstas nas planilhas das despesas e nas metas físicas realizadas e apuradas ao final do exercício (art. 4º, "e" da LRF).

Art. 41 - Os programas priorizados por esta Lei e contemplados no Plano Plurianual, que integrarem a Lei Orçamentária de 2024 serão objeto de avaliação permanente pelos responsáveis, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos, corrigir desvios e avaliar seus custos e cumprimento das metas físicas estabelecidas (art. 4º, I, "e" da LRF).

V - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 42 - A Lei Orçamentária de 2024 poderá conter autorização para contratação de Operações de Crédito para atendimento à Despesas de Capital, observado o limite de endividamento, de até 50% das Receitas Correntes Líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF (art. 30, 31 e 32).

Art. 43 - A contratação de operações de crédito dependerá de autorização em lei específica (art. 32, Parágrafo Único da LRF).

Art. 44 - Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário através da limitação de empenho e movimentação financeira (art. 31, § 1º, II da LRF).

VI - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 45 - O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF (art. 169, § 1º, II da Constituição Federal).



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 10

Parágrafo Único - Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2024.

Art. 46 - Ressalvada a hipótese do inciso X do artigo 37 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal de cada um dos Poderes em 2024, Executivo e Legislativo, não excederá em Percentual da Receita Corrente Líquida, a despesa verificada no exercício de 2023, acrescida de 5%, obedecido o limites prudencial de 51,30% e 5,70% da Receita Corrente Líquida, respectivamente (art. 71 da LRF).

Art. 47 - Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF).

Art. 48 - O Executivo Municipal adotará as seguintes medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF (art. 19 e 20):

- I - eliminação de vantagens concedidas a servidores;**
- II - eliminação das despesas com horas-extras;**
- III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;**
- IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.**

Art. 49 - Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como terceirização de mão-de-obra referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1º da LRF, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.

Parágrafo Único - Quando a contratação de mão-de-obra envolver também fornecimento de materiais ou utilização de equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros, por não caracterizar substituição de servidores, a despesa será classificada em outros elementos de despesa que não o "34 - Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização".

VII - DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTARIA

Art. 50 - O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes (art. 14 da LRF).

Art. 51 - Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados,



ESTADO DA BAHIA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA
GABINETE DO PREFEITO

Página: 12

mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita (art. 14 § 3º da LRF).

Art. 52 - O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação (art. 14, § 2º da LRF).

VIII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 53 - O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal no prazo estabelecido na Lei Orgânica do Município, que a apreciará e a devolverá para sanção até o encerramento do período legislativo anual.

§ 1º - A Câmara Municipal não entrará em recesso enquanto não cumprir o disposto no "caput" deste artigo.

§ 2º - Se o projeto de lei orçamentária anual não for encaminhada à sanção até o início do exercício financeiro de 2024, fica o Executivo Municipal autorizado a executar a proposta orçamentária na forma original, até a sanção da respectiva lei orçamentária anual.

Art. 54 - Serão considerados legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 55 - Os créditos especiais e extraordinários, abertos nos últimos quatro meses do exercício, poderão ser reabertos no exercício subsequente, por Decreto do Executivo.

Art. 56 - O Executivo Municipal está autorizado a assinar convênios com o Governo Federal e Estadual através de seus órgãos da administração direta ou indireta, para realização de obras ou serviços de competência ou não do Município.

Art. 57 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS DA SERRA -
ESTADO DA BAHIA, EM 20 DE JULHO DE 2023.


JORNANDO VILASBOAS ALVES
Prefeito Municipal

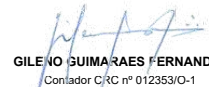
Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS I -
RECEITAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES	31.155.929,71	40.382.370,22	39.052.763,75	40.321.978,58	41.632.442,88	42.985.497,27
IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES DE MELHORIA	686.466,39	1.877.055,01	1.004.519,25	1.037.166,13	1.070.874,03	1.105.677,44
RECEITA PATRIMONIAL	141.681,23	757.543,30	112.206,94	115.853,67	119.618,91	123.506,52
RECEITA DE SERVIÇOS	1.050,95	0,00	33.127,76	34.204,41	35.316,05	36.463,82
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	30.281.805,83	37.737.775,84	37.876.193,86	39.107.170,16	40.378.153,19	41.690.443,17
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	44.925,31	9.996,07	26.715,94	27.584,21	28.480,70	29.406,32
RECEITAS DE CAPITAL	657.175,79	907.367,42	641.182,50	662.020,92	683.536,61	705.751,56
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	4.274,55	4.413,46	4.556,91	4.705,01
ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	7.480,46	7.723,58	7.974,60	8.233,77
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	657.175,79	907.367,42	629.427,49	649.883,88	671.005,10	692.812,78
Total	31.813.105,50	41.289.737,64	39.693.946,25	40.983.999,50	42.315.979,49	43.691.248,83


JORNANDO VILASBOAS ALVES
Prefeito Municipal


GILENO GUIMARAES FERNANDES
Controlador C/C nº 012353/O-1

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II -
DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA		PREVISÃO	
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
DESPESAS CORRENTES (I)	27.579.146,59	39.848.555,30	38.165.794,62	38.198.730,33	39.440.189,07	40.721.995,22
Pessoal e Encargos Sociais	16.198.998,07	19.829.140,34	22.098.829,81	22.817.041,78	23.558.595,64	24.324.250,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	16.198.998,07	19.829.140,34	22.098.829,81	22.817.041,78	23.558.595,64	24.324.250,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.380.148,52	20.019.414,96	16.066.964,81	15.381.688,55	15.881.593,43	16.397.745,22
Transferência da União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferência a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	11.380.148,52	20.019.414,96	16.066.964,81	15.381.688,55	15.881.593,43	16.397.745,22
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL (II)	2.728.305,93	3.148.737,91	1.526.014,35	1.575.609,81	1.626.817,13	1.679.688,69
Investimentos	438.069,70	1.375.574,75	909.410,51	938.966,35	969.482,76	1.000.990,95
Transferências a União	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas com Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Multigovernamentais Nacionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	438.069,70	1.375.574,75	909.410,51	938.966,35	969.482,76	1.000.990,95
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Estados e ao Distrito Federal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências a Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transf. a Inst. Privadas sem Fins Lucrativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aplicações Diretas-Órgãos,Fundos Entidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	2.290.236,23	1.773.163,16	616.603,84	636.643,46	657.334,37	678.697,74
Aplicações Diretas	2.290.236,23	1.773.163,16	616.603,84	636.643,46	657.334,37	678.697,74
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	0,00	0,00	2.137,28	1.209.659,36	1.248.973,29	1.289.564,92

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS II -
DESPESAS
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

(R\$)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO		
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Total	30.307.452,52	42.997.293,21	39.693.946,25	40.983.999,50	42.315.979,49	43.691.248,83


JORNANDO VIEIRAS BOAS ALVES
Prefeito Municipal


GILENO GUIMARAES FERNANDES
Contador CRC nº 012353/O-1

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS III -
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

RECEITAS PRIMÁRIAS	ACIMA DA LINHA					
	2021	2022	2023	2024	2025	2026
RECEITAS CORRENTES (I)	31.155.929,71	40.382.370,22	39.052.763,75	40.321.978,58	41.632.442,88	42.985.497,27
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	686.466,39	1.877.055,01	1.004.519,25	1.037.166,13	1.070.874,03	1.105.677,44
Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	141.681,23	757.543,30	112.206,94	115.853,67	119.618,91	123.506,52
Aplicações Financeiras (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	1.050,95	0,00	33.127,76	34.204,41	35.316,05	36.463,82
Transferências Correntes	30.281.805,83	37.737.775,84	37.876.193,86	39.107.170,16	40.378.153,19	41.690.443,17
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Financeiras (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	44.925,31	9.996,07	26.715,94	27.584,21	28.480,70	29.406,32
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (IV) = (I - III)	31.155.929,71	40.382.370,22	39.052.763,75	40.321.978,58	41.632.442,88	42.985.497,27
RECEITAS DE CAPITAL (V)	657.175,79	907.367,42	641.182,50	662.020,92	683.536,61	705.751,56
Operações de Crédito (VI)	0,00	0,00	4.274,55	4.413,46	4.556,91	4.705,01
Alienação de Bens	0,00	0,00	7.480,46	7.723,58	7.974,60	8.233,77
Alienação de Bens Móveis (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortizações de Empréstimos (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	657.175,79	907.367,42	629.427,49	649.883,88	671.005,10	692.812,78
Outras Receitas de Capital (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XI) = (V - VII - VIII - IX - X)	657.175,79	907.367,42	636.907,95	657.607,46	678.979,70	701.046,55
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (XII) = (IV + XI)	31.813.105,50	41.289.737,64	39.689.671,70	40.979.586,04	42.311.422,58	43.686.543,82
DESPESAS PRIMÁRIAS	27.579.146,59	39.848.555,30	38.165.794,62	38.198.730,33	39.440.189,07	40.721.995,22
DESPESAS CORRENTES (XIII)	27.579.146,59	39.848.555,30	38.165.794,62	38.198.730,33	39.440.189,07	40.721.995,22
Pessoal e Encargos Sociais	16.198.998,07	19.829.140,34	22.098.829,81	22.817.041,78	23.558.595,64	24.324.250,00
Juros e Encargos da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	11.380.148,52	20.019.414,96	16.066.964,81	15.381.688,55	15.881.593,43	16.397.745,22
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (XV) = (XIII - XIV)	27.579.146,59	39.848.555,30	38.165.794,62	38.198.730,33	39.440.189,07	40.721.995,22
DESPESAS DE CAPITAL (XVI)	2.728.305,93	3.148.737,91	1.526.014,35	1.575.609,81	1.626.817,13	1.679.688,69
Investimentos	438.069,70	1.375.574,75	909.410,51	938.966,35	969.482,76	1.000.990,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos e Financiamentos (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Cred. de Cap já Inteq (XVIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Títulos de Crédito (XIX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XX)	2.290.236,23	1.773.163,16	616.603,84	636.643,46	657.334,37	678.697,74
DESP. PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XXI) = (XVI - XVII - XVIII - XIX - XX)	438.069,70	1.375.574,75	909.410,51	938.966,35	969.482,76	1.000.990,95
RESERVA DO RPPS XXIIa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XXII)	0,00	0,00	2.137,28	1.209.659,36	1.248.973,29	1.289.564,92
DESPESAS PRIMÁRIAS TOTAL (XXIII) = (XV + XXI + XXII)	28.017.216,29	41.224.130,05	39.077.342,41	40.347.356,04	41.658.645,12	43.012.551,09
RESULTADO PRIMÁRIO-Acima da linha (XXIV) = (XII - XXIII)	3.795.889,21	65.607,59	612.329,29	632.230,00	652.777,46	673.992,73

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra
ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS III -
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

Meta Fiscal Para o Resultado Primário	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	3.795.889,21	65.607,59	612.329,29	632.230,00	652.777,46	673.992,73
Juros Nominais	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (XXV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (XXVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO NOMINAL - ACIMA DA LINHA (XXVII) = XXIV	3.795.889,21	65.607,59	612.329,29	632.230,00	652.777,46	673.992,73
META FISCAL PARA O RESULTADO NOMINAL	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Meta fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO para o exercício	3.795.889,21	65.607,59	612.329,29	632.230,00	652.777,46	673.992,73

ABAIXO DA LINHA

CÁLCULO DO RESULTADO NOMINAL	2021	2022	2023	2024	2025	2026
	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (XXVIII)	19.731.057,08	21.322.474,10	28.448.719,32	29.373.302,70	30.327.935,04	31.313.592,93
DEDUÇÕES (XXIX)	5.162.036,46	3.463.884,17	4.238.653,40	4.376.409,64	4.518.642,95	4.665.498,85
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.115.015,67	3.463.884,17	4.238.653,40	4.376.409,64	4.518.642,95	4.665.498,85
Demais Haveres Financeiros	47.020,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar (XXX)	114.810,82	167.643,35	843.405,05	870.815,71	899.117,22	928.338,53
(-) Depósitos Restituíveis e Valores	624.747,13	690.128,99	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (XXXI) = (XXVIII - XXIX)	14.569.020,62	17.858.589,93	24.210.065,92	24.996.893,06	25.809.292,09	26.648.094,08
Resultado Nominal - Abaixo da Linha (XXXII) = (XXXIa-XXXIb)	(a* - b)	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
	7.137.245,26	-3.289.569,31	-6.351.475,99	-786.827,14	-812.399,03	-838.801,99

a* Dívida Consolidada Líquida do exercício de 2020 (R\$21.706.265,88)

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2023
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS III -
RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL


Anexo 6 (LRF, art 53, inciso III)

(R\$)

AJUSTE METODOLÓGICO	EXERCÍCIO DE 2023
VARIAÇÃO SALDO RPP = (XXXIII) = (XXXd - XXXe)	-27.410,66
RECEITA DE ALIEN.DE INVEST. PERMANENTES (IX)	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS NA DC (XXXIV) = (XXXI)	24.996.893,06
VARIAÇÃO CAMBIAL (XXXV)	0,00
PAGTO. DE PRECATÓRIOS INTEGRANTES DA DC (XXXVI)	0,00
RESULTADO DO BACEM (XXXVII)	0,00
OUTROS AJUSTES (XXXVIII)	0,00
RESULTADO NOMINAL AJUSTADO - abaixo da linha (XXXIX) = (XXXII - XXXIII - IX + XXXIV + XXXV - XXXVI + XXXVII + XXXVIII)	24.237.476,58
RESULTADO PRIMÁRIO - Abaixo da Linha (XL) = XXXIX)	24.237.476,58



JORNANDO VILASBOAS
Prefeito Municipal




GILENO GUMARAES
Contador CRC nº 012353/O-1

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS V -
MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
Art. 4º, §2º, inciso II da LRF

ESPECIFICAÇÃO	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	(R\$)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	24.848.552,72	19.731.057,08	21.322.474,10	28.448.719,32	29.373.302,70	30.327.935,04	31.313.592,93	
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Dívidas	24.848.552,72	19.731.057,08	21.322.474,10	28.448.719,32	29.373.302,70	30.327.935,04	31.313.592,93	
DEDUÇÕES (II)	3.142.286,84	4.422.478,51	2.606.111,83	3.395.248,35	3.505.593,93	3.619.625,73	3.737.160,32	
Ativo Disponível	3.142.077,12	5.115.015,67	3.463.884,17	4.238.653,40	4.376.409,64	4.518.642,95	4.665.498,85	
Haveres Financeiros	209,72	47.020,79	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
(-) Restos a Pagar	0,00	114.810,82	167.643,35	843.405,05	870.815,71	899.117,22	928.338,53	
(-) Depósitos Restituíveis e Valores	0,00	624.747,13	690.128,99	0,00	0,00	0,00	0,00	
Dívida Consolidada Líquida	21.706.265,88	15.308.578,57	18.716.362,27	25.053.470,97	25.867.708,77	26.708.409,31	27.576.432,61	


JORNANDO VILASBOAS ALVES
Prefeito Municipal


GILENO GUIMARAES FERNANDES
Contador/CRC nº 012353/O-1

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

AMF (LRF, art. 4º, §3º)

(R\$)

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS	2024	PROVIDÊNCIA	2024
Variação da receita de convênios	800.000,00	Contingenciamento de despesas ou limitação de empenho	800.000,00
Frustração de receita tributária	200.000,00	abertura de créditos orçamentários suplementares	200.000,00
SUBTOTAL	1.000.000,00	SUBTOTAL	1.000.000,00
TOTAL	1.000.000,00	TOTAL	1.000.000,00

Notas:

...


JORNANDO VILASBOAS ALVES
Prefeito Municipal


GILENO GUIMARAES FERNANDES
Contador CFC nº 012353/O-1

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo I - Metas Anuais

AMF - Tabela 1 (LRF, art. 4º, §1º)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) x 100	% RCL (a/RCL) x 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) x 100	% RCL (b/RCL) x 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) x 100	% RCL (c/RCL) x 100
Receita Total	40.983.999,50	39.400.114,88	0,011	0,100	42.315.979,49	39.198.884,22	0,010	0,100	43.691.248,83	39.028.861,08	0,010	0,099
Receitas Primárias (I)	40.979.586,04	39.395.871,99	0,011	0,100	42.311.422,58	39.194.662,98	0,010	0,100	43.686.543,82	39.024.658,16	0,010	0,099
Despesa Total	40.983.999,50	39.400.114,88	0,011	0,100	42.315.979,49	39.198.884,22	0,010	0,100	43.691.248,83	39.028.861,08	0,010	0,099
Despesas Primárias (II)	40.347.356,04	38.788.075,41	0,010	0,099	41.658.645,12	38.589.970,65	0,010	0,098	43.012.551,09	38.422.588,65	0,010	0,098
Resultado Primário (III)=(I-II)	632.230,00	607.796,58	0,000	0,002	652.777,46	604.692,33	0,000	0,002	673.992,73	602.069,51	0,000	0,002
Resultado Nominal	632.230,00	632.230,00	0,000	0,002	652.777,46	604.692,33	0,000	0,002	673.992,73	602.069,51	0,000	0,002
Dívida Pública Consolidada	29.373.302,70	28.238.129,88	0,008	0,072	30.327.935,04	28.093.907,51	0,008	0,072	31.313.592,93	27.972.051,64	0,007	0,071
Dívida Consolidada Líquida	25.867.708,77	24.868.014,58	0,007	0,063	26.708.409,31	24.741.004,62	0,007	0,063	27.576.432,61	24.633.691,79	0,007	0,063
Receitas Primárias advindas de PPP (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Impacto do saldo das PPP (VI) = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota:

- O cálculo das metas acima descritas foi realizado considerando-se o seguinte cenário macroeconômico:

VARIÁVEIS	2024	2025	2026
PIB real (crescimento % anual)	1,67	2,00	2,00
Taxa real de juro implícito sobre a dívida líquida do Governo (média % anual)	10,50	10,50	10,50
Câmbio (R\$/US\$ - Final do Ano)	5,30	5,30	5,30
Inflação média (% anual) projetada com base em índices oficiais de inflação	4,02	3,78	3,70
Projeção do PIB do Estado - R\$ bilhões	391.564.085.515,54	406.365.207.948,03	421.400.720.642,10
Receita Corrente Líquida - RCL - R\$ bilhões	40.883.179.590,26	42.428.563.778,77	43.998.420.638,59

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes:

2024	2025	2026
Valor Corrente / 1,04020	Valor Corrente / 1,07952	Valor Corrente / 1,11946

JORNANO VILASBOAS ALVES
Prefeito Municipal

GILENO GUIMARAES FERNANDES
Contador CRC nº 012353/O-1

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores

AMF - Tabela 3 (LRF, art. 4º, §2º, inciso II)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES											
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
Receita Total	31.813.105,50	41.289.737,64	29,8	39.693.946,25	-3,9	40.983.999,50	7,6	42.315.979,49	3,3	43.691.248,83	3,3	
Receitas Primárias (I)	31.813.105,50	41.289.737,64	29,8	39.689.671,70	-3,9	40.979.586,04	3,3	42.311.422,58	3,3	43.686.543,82	3,3	
Despesa Total	30.307.452,52	42.997.293,21	41,9	39.693.946,25	-7,7	40.983.999,50	3,3	42.315.979,49	3,3	43.691.248,83	3,3	
Despesas Primárias (II)	28.017.216,29	41.224.130,05	47,1	39.077.342,41	-5,2	40.347.356,04	3,3	41.658.645,12	3,3	43.012.551,09	3,3	
Resultado Primário (III)=(I - II)	3.795.889,21	65.607,59	-98,3	612.329,29	833,3	632.230,00	3,3	652.777,46	3,3	673.992,73	3,3	
Resultado Nominal	3.795.889,21	65.607,59	-98,3	612.329,29	833,3	632.230,00	3,3	652.777,46	3,3	673.992,73	3,3	
Dívida Pública Consolidada	19.731.057,08	21.322.474,10	8,1	28.448.719,32	33,4	29.373.302,70	3,3	30.327.935,04	3,3	31.313.592,93	3,3	
Dívida Consolidada Líquida	15.308.578,57	18.716.362,27	22,3	25.053.470,97	33,9	25.867.708,77	3,3	26.708.409,31	3,3	27.576.432,61	3,3	

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
Receita Total	35.637.358,91	43.721.703,19	22,7	39.693.946,25	-9,2	39.400.114,88	-0,7	39.198.884,22	-0,5	39.028.861,08	-0,4	
Receitas Primárias (I)	35.637.358,91	43.721.703,19	22,7	39.689.671,70	-9,2	39.395.871,99	-0,7	39.194.662,98	-0,5	39.024.658,16	-0,4	
Despesa Total	33.950.711,39	46.529.833,78	34,1	39.693.946,25	-12,8	39.400.114,88	-0,7	39.198.884,22	-0,5	39.028.861,08	-0,4	
Despesas Primárias (II)	31.385.165,86	43.652.231,31	39,1	39.077.342,41	-10,5	38.788.075,41	-0,7	38.589.970,65	-0,5	38.422.588,65	-0,4	
Resultado Primário (III)=(I - II)	4.252.193,05	69.471,88	-98,4	612.329,29	781,4	607.796,58	-0,7	0,00	0,0	602.069,51	-0,4	
Resultado Nominal	4.252.193,05	69.471,88	-98,4	612.329,29	781,4	607.796,58	-0,7	604.692,33	-0,5	602.069,51	-0,4	
Dívida Pública Consolidada	22.102.927,45	22.578.367,82	2,1	28.448.719,32	26,0	28.238.129,88	-0,7	28.093.907,51	-0,5	27.972.051,64	-0,4	
Dívida Consolidada Líquida	17.148.822,80	19.818.756,01	15,6	25.053.470,97	26,4	24.868.014,58	-0,7	24.741.004,62	-0,5	24.633.691,79	-0,4	

Nota:

Metodologia de Cálculo dos Valores Constantes

ÍNDICES DE INFLAÇÃO					
2021	2022	2023	2024*	2025*	2026*
10,06	5,79	5,89	4,02	3,78	3,70
VALORES DE REFERÊNCIA					
Valor Corrente x 1,12021	Valor Corrente x 1,05890	Valor Corrente x 1,00000	Valor Corrente / 1,04020	Valor Corrente / 1,07952	Valor Corrente / 1,11946

* Inflação Média (% anual) projetada com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo IBGE


JORNANDO VILASBOAS ALVES
Prefeito Municipal


GILENO GUIMARAES FERNANDES
Contador CRC nº 012353/O-1

Prefeitura Municipal de Manoel Vitorino

ESTADO DA BAHIA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024

ANEXO DE METAS FISCAIS

Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior
2024

AMF - Tabela 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

(R\$)

ESPECIFICAÇÃO	I - Metas Previstas 2022 (a)			II - Metas Realizadas 2022 (b)			Variação (II - I)	
	Valor	% PIB	% RCL	Valor	% PIB	% RCL	Valor (c) = (b - a)	% (c/a) x 100
Receita Total	37.823.500,00	0,011	0,104	41.289.737,64	0,012	0,111	3.466.237,64	9,16
Receitas Primárias (I)	37.714.825,00	0,011	0,103	41.289.737,64	0,012	0,111	3.574.912,64	9,47
Despesa Total	37.823.500,00	0,011	0,104	42.997.293,21	0,012	0,116	5.173.793,21	13,67
Despesas Primárias (II)	36.964.450,00	0,010	0,101	41.224.130,05	0,012	0,111	4.259.680,05	11,52
Resultado Primário (III)=(I -	750.375,00	0,000	0,002	65.607,59	0,000	0,000	-684.767,41	-91,25
Resultado Nominal	593.055,00	0,000	0,002	-3.289.569,31	-0,001	-0,009	-3.882.624,31	-654,68
Dívida Pública Consolidada	27.553.239,05	0,008	0,075	21.322.474,10	0,006	0,057	-6.230.764,95	-22,61
Dívida Consolidada Líquida	24.264.862,92	0,007	0,066	18.716.362,27	0,005	0,050	-5.548.500,65	-22,86

Nota:

PIB Estadual Previsto e Realizado para 2022

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
Previsão do PIB Estadual para 2022	355.493.000.000,00
Valor efetivo(realizado) do PIB Estadual para 2022	355.493.000.000,00
Previsão da RCL Estadual para 2022	36.500.000.000,00
Valor efetivo(realizado) da RCL Estadual para 2022	37.117.000.000,00

JORNANDO VILASBOAS ALVES

Prefeito Municipal

GILENO GUIMARAES FERNANDES

Contador CRC nº 012353/O-1

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido

AMF - Tabela 4 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	5.269.786,41	100,00	5.880.968,72	100,00	-741.225,40	0,00
TOTAL	5.269.786,41	100,00	5.880.968,72	100,00	-741.225,40	0,00

Notas:


JORNANDO VILASBOAS ALVES
Prefeito Municipal


GILENO GUIMARÃES FERNANDES
Contador CRC nº 012353/O-1

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos
2024

AMF - Tabela 5 (LRF, art. 4º, §2º, inciso III)

(R\$)

RECEITAS REALIZADAS	2022 (a)	2021 (b)	2020 (c)
RECEITA DE CAPITAL			
Receita de Alienação de Ativos			
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00


DESPESAS REALIZADAS	2022 (d)	2021 (e)	2020 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
DESPESAS DE CAPITAL			
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS			
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regimes Próprios dos Servidores Públicos	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (III) = (I - II)	(g)=((Ia-IIId)+IIIf)	(h)=((Ib-IIe)+IIIf)	(i)=(Ic - IIg)
	0,00	0,00	0,00

Notas:


JORNANDO VILASBOAS ALVES

Prefeito Municipal


GILENO GUIMARAES FERNANDES
Contador CRC nº 012353/O-1

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita

AMF - Tabela 6 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

Tributo	Modalidade	SETOR / PROGRAMA / BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
			0,00	0,00	0,00	
TOTAL			0,00	0,00	0,00	


JORNANDO VILASBOAS ALVES
Prefeito Municipal


GILENO GUIMARAES FERNANDES
Contador CRC nº 0/2353/O-1

Prefeitura Municipal de Bom Jesus da Serra

ESTADO DA BAHIA
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - 2024
ANEXO DE METAS FISCAIS
Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de
Caráter Continuado

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4º, §2º, inciso V)

(R\$)

EVENTOS	2024
Aumento Permanente da Receita	1.904.119,32
(-) Transferências Constitucionais	0,00
(-) Transferências ao FUNDEB	245.407,78
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	1.658.711,54
Redução Permanente de Despesas (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I + II)	1.658.711,54
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC Geradas Pelas PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V)=(III - IV)	1.658.711,54

Notas:


JORNANDO VILASBOAS ALVES

Prefeito Municipal


GILENO GUIMARAES FERNANDES

Contador CRC nº 012353/O-1

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO : 2024

METAS E PRIORIDADES

Anexo III - R\$ 1,00

FINALÍSTICOS

Acao	Tipo	Produto	Unidade Medida
------	------	---------	----------------

PROGRAMA: 0020 - CIDADANIA ATIVA

MACRO OBJETIVO: GARANTIR A CIDADANIA A CRIANÇA E A FAMÍLIA

OBJETIVO: PROMOVER UM CONJUNTO ARTICULADO DE INTERVENÇÕES VOLTADO PARA A REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES, ESPECIALMENTE ENTRE CRIANÇAS, JOVENS, MULHERES E IDOSOS.

1011 - CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA	P	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2003 - GESTÃO DAS AÇÕES DOS CONSELHOS MUNICIPAIS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2015 - PROGRAMA ORÇAMENTO CRIANÇA	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2016 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO IGD DO SUAS	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2017 - PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA - SUAS	A	CRIANÇA ATENDIDA	UNIDADE
2022 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2026 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO BPC NA ESCOLA	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
2028 - MANUTENÇÃO DA SEC. MUN. DO TRABALHO E ASSISTENCIA SOCIAL	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2074 - MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2088 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DO IGD PBF	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2089 - GESTÃO DAS AÇÕES DE BENEFÍCIO EVENTUAL	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2091 - GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2104 - ENFRETEAMENTO DA COVID19 - FMAS	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2105 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CREAS	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2106 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA ASSIST. SOCIAL	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2107 - PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	A	CRIANÇA ATENDIDA	UNIDADE
2108 - PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
8891 - INCENTIVO CULTURAL - LEI ALDIR BLANC / PAULO GUSTAVO	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE

ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO - 2024

METAS E PRIORIDADES

Anexo III - R\$ 1,00

FINALÍSTICOS

Acao	Tipo	Produto	Unidade Medida
------	------	---------	----------------

PROGRAMA: 0022 - ÁGUA PARA TODOS

MACRO OBJETIVO: AMPLIAR OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO E GARANTIR A QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE

OBJETIVO: PROPORCIONAR O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO COM A OFERTA DE ÁGUA EM QUALIDADE E QUANTIDADE, PRIORITARIAMENTE PARA CONSUMO HUMANO, A COLETA E TRATAMENTO DO ESGOTO E DOS RESÍDUOS SÓLIDOS, SEM COMO O MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS, E DO SUBSOLO AFIM DE GARANTIR CONDIÇÕES ADEQUADAS PARA A UTILIZAÇÃO CONSCIENTE DO RECURSOS E QUANDO POSSÍVEL A PRODUÇÃO SUSTENTÁVEL DE ALIMENTOS.

1005 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO	P	REDES DE ESGOTAMENTO	UNIDADE
1007 - IMPLANTAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO	P	SISTEMAS DE	UNIDADE
1017 - INSTALAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SISTEMAS SIMPLIFICADOS DE ABASTECIMENTO	P	SISTEMAS DE	UNIDADE
1048 - CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE BARRAGENS E AÇUDES	P	SISTEMAS DE	UNIDADE

PROGRAMA: 0023 - VIDA NOVA

MACRO OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E A MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA

OBJETIVO: VIABILIZAR A OFERTA DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO COM SUSTENTABILIDADE

1003 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SETOR DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA	P	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
1004 - CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS E VIAS PÚBLICAS	P	CONSTRUÇÕES EM GERAL	UNIDADE
1006 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CASAS POPULARES	P	RESIDÊNCIAS ATENDIDAS	UNIDADE
1008 - DRENAGEM DE VIAS E ENCOSTAS	P	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
1012 - CONSTRUÇÃO DE USINA DE RECICLAGEM	P	CONSTRUÇÕES EM GERAL	UNIDADE
1035 - MELHORIA DAS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS	P	RESIDÊNCIAS ATENDIDAS	UNIDADE
1056 - MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE CEMITÉRIO	P	CEMITÉRIO AMPLIADO	UNIDADE
1068 - CONSTRUÇÃO, PAVIMENT. E MANUT. DE ESTRADAS VICINAIS, PONTES E ACESSOS RURAIS	P	VIAS CONSTRUÍDAS	KILOMETRO
1070 - MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	P	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2013 - AMPLIAÇÃO, MODERNIZAÇÃO E MANUT. DO SETOR DE LIMPEZA PÚBLICA	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2055 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	A	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
2083 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTES	A	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE

ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO - 2024

METAS E PRIORIDADES

Anexo III - R\$ 1,00

FINALÍSTICOS

Ação	Tipo	Produto	Unidade Medida
------	------	---------	----------------

PROGRAMA: 0023 - VIDA NOVA

MACRO OBJETIVO: DESENVOLVIMENTO DA INFRA-ESTRUTURA E A MELHORA DA QUALIDADE DE VIDA

OBJETIVO: VIABILIZAR A OFERTA DE INFRAESTRUTURA NO MUNICÍPIO COM SUSTENTABILIDADE

PROGRAMA: 0026 - SAUDE PARA TODOS

MACRO OBJETIVO: GARANTIR À POPULAÇÃO O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

OBJETIVO: OFERECER PARA TODO MORADOR DE BOM JESUS DA SERRA OS SERVIÇOS DE SAÚDE ATRAVÉS DO ATENDIMENTO PREVENTIVO E CURATIVO.

1014 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, REEQUIP. E MANUT. UNIDADES DE SAÚDE E HOSPITAL MUNICIPAL	P	UNIDADES DE SAÚDE	UNIDADE
2007 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE SAÚDE MENTAL	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2012 - PROGRAMA SAÚDE NA ESCOLA - PSE	A	CRIANÇA ATENDIDA	UNIDADE
2023 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ASSIT. HOSP. E AMBUL. MED. COMPLEXIDADE	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2024 - GESTÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA SAÚDE DA FAMÍLIA - PSF	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2025 - GESTÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITÁRIOS DE SAÚDE - ACS	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2046 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE	A	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
2050 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO BÁSICA DA SAÚDE	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2051 - GESTÃO DAS AÇÕES DE ASSISTÊNCIA FARMACÉUTICA	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2053 - GESTÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2085 - MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	A	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
2093 - GESTÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICAS DE SAÚDE	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2094 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS DA SAÚDE	A	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
2096 - PROGRAMA SAÚDE BUCAL	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2097 - PROGRAMA NASF	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2098 - PROGRAMA T.F.D.	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2103 - ENFRENTAMENTO DA COVID19	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE

[2903953.99999:GovNet by Link3 Versão:2023070600] SIAFIC do MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

Pag: 3 / 9

ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO : 2024

METAS E PRIORIDADES

Anexo III - R\$ 1,00

FINALÍSTICOS

Ação	Tipo	Produto	Unidade Medida
------	------	---------	----------------

PROGRAMA: 0026 - SAÚDE PARA TODOS

MACRO OBJETIVO: GARANTIR À POPULAÇÃO O ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE

OBJETIVO: OFERECER PARA TODO MORADOR DE BOM JESUS DA SERRA OS SERVIÇOS DE SAÚDE ATRAVÉS DO ATENDIMENTO PREVENTIVO E CURATIVO.

PROGRAMA: 0027 - EDUCAR PARA TRANSFORMAR

MACRO OBJETIVO: ELEVAR O NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

OBJETIVO: PROMOVER AS CONDIÇÕES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, VISANDO OFERECER UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E HUMANA

1015 - AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA FROTA DA EDUCAÇÃO	P	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
1043 - PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	P	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
1065 - CONSTRUÇÃO, AMPL. E MANUTENÇÃO DAS UNIDADES ESCOLARES	P	NOVOS PRÉDIOS	UNIDADE
1072 - CONST., AMPLIAÇÃO E MANUT. DE UNIDADES ESCOLARES	P	NOVOS PRÉDIOS	UNIDADE
2029 - MANUTENÇÃO DA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
2030 - MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR - PNATE	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
2031 - DESENVOLVIMENTO E ADMINISTRAÇÃO DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
2033 - MANUTENÇÃO DAS AÇÕES EDUCACIONAIS	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
2035 - VALORIZAÇÃO, FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO	A	PROFESSORES	UNIDADE
2039 - PDDE - PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
2040 - EVENTOS ESPORTIVOS NA ESCOLA	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
2041 - PROGRAMA EDUCAÇÃO JOVENS E ADULTOS	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
2043 - GESTÃO DAS AÇÕES DE PROJETOS CULTURAIS E PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
2044 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CRECHES MUNICIPAIS	A	CRIANÇA ATENDIDA	UNIDADE
2067 - GESTÃO DE PROGRAMAS ESPECIAIS DE ALFABETIZAÇÃO	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
2086 - CONGRESSO E FORUM DE EDUCAÇÃO DE PAIS E MESTRES	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
8889 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE

[2903953.99999:GovNet by Link3 Versão:2023070600] SIAFIC do MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

Pag: 4 / 9

ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO - 2024

METAS E PRIORIDADES

Anexo III - R\$ 1,00

FINALÍSTICOS

Ação	Tipo	Produto	Unidade Medida
------	------	---------	----------------

PROGRAMA: 0027 - EDUCAR PARA TRANSFORMAR

MACRO OBJETIVO: ELEVAR O NÍVEL EDUCACIONAL DA POPULAÇÃO

OBJETIVO: PROMOVER AS CONDIÇÕES PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM, VISANDO OFERECER UMA FORMAÇÃO PROFISSIONAL E HUMANA

8890 - GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%	A	ALUNOS ATENDIDOS	UNIDADE
---	---	------------------	---------

PROGRAMA: 0028 - VIVER FELIZ

MACRO OBJETIVO: OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

OBJETIVO: INCENTIVAR A PRODUÇÃO CULTURAL, O ESPORTE AMADOR E O LAZER, VISANDO A MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA DA POPULAÇÃO.

1071 - CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PRAÇAS ESPORTIVAS E QUADRAS	P	CONSTRUÇÕES EM GERAL	UNIDADE
2036 - INCENTIVO AO ESPORTE	A	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2056 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE CULTURA E ESPORTE, JUVENTUDE E LAZER	A	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
2062 - PROMOÇÃO DE FESTAS POPULARES	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2095 - IMPLANTAÇÃO E DINAMIZAÇÃO DE CENTROS CULTURAIS, CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS	A	CONSTRUÇÕES EM GERAL	UNIDADE

PROGRAMA: 0035 - EMPREENDER

MACRO OBJETIVO: PROMOVER O CRESCIMENTO ECON. E SOCIAL COM GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

OBJETIVO: INCENTIVAR AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO E A EMPREGABILIDADE DA POPULAÇÃO, VISANDO A GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA.

1025 - PREMIAÇÃO-INCENTIVO A ARRECADAÇÃO	P	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
1047 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CENTROS DE ABASTECIMENTO E MATADOUROS	P	produto 01	UNIDADE
1051 - DIVERSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES AGROPECUÁRIAS E SOCIO-ECONÔMICAS	P	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
1058 - PROMOÇÃO DE EVENTOS	P	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
2054 - MANUTENÇÃO DA SEC. DE AGRICULTURA, TURISMO E MEIO AMBIENTE	A	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE

[2903953:99999:GovNet by Link3 Versão:2023070600] SIAFIC do MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

Pag: 5 / 9

ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO : 2024

METAS E PRIORIDADES

Anexo III - R\$ 1,00

FINALÍSTICOS

Acao	Tipo	Produto	Unidade Medida
------	------	---------	----------------

PROGRAMA: 0035 - EMPREENDER

MACRO OBJETIVO: PROMOVER O CRESCIMENTO ECON. E SOCIAL COM GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA

OBJETIVO: INCENTIVAR AS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO MUNICÍPIO E A EMPREGABILIDADE DA POPULAÇÃO, VISANDO A GERAÇÃO DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA.

2099 - MANUTENÇÃO DE MERCADOS E FEIRAS	A	SERVIÇOS DIVERSOS	UNIDADE
--	---	-------------------	---------

PROGRAMA: 0036 - CIDADE SUSTENTÁVEL

MACRO OBJETIVO: AMPLIAR OS SERVIÇOS DE SANEAMENTO BÁSICO E GARANTIR A QUALIDADE DO MEIO AMBIENTE

OBJETIVO: EXECUTAR AÇÕES DE GESTÃO AMBIENTAL QUE PROMOVAM O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA QUE A GERAÇÃO ATUAL E AS FUTURAS POSSAM USUFRUIR DE UM AMBIENTE AGRAVÁVEL, ASSEGURAR A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO VISANDO A PRÁTICA DE ATIVIDADES NO ÂMBITO RURAL E URBANO, PAUTADOS NOS ASPECTOS AMBIENTAIS, COMO TOPOGRAFIA E MICROCLIMA E RESPEITANDO "O TEMPO DA NATUREZA".

1013 - RECUPERAÇÃO E PROTEÇÃO DAS MICRO-BACIAS E NASCENTES	P	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
1027 - IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DE PROJETOS AMBIENTAIS	P	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE

ESTADO DA BAHIA

MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO : 2024

METAS E PRIORIDADES

Anexo IV - R\$ 1,00

APOIO ADMINISTRATIVO

Acao	Tipo	Produto	Unidade Medida
------	------	---------	----------------

PROGRAMA: 0001 - GESTÃO E QUALIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES LEGISLATIVAS

MACRO OBJETIVO: OBJETIVO ESTRATÉGICO 1

OBJETIVO: PROGRAMA DE APOIO ADM. AS ATIVIDADES DO PODER LEGISLATIVO

1001 - REEQUIPAMENTO E CONSERVAÇÃO DA CAMARA MUNICIPAL	P	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2001 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DO PLENÁRIO	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2002 - MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA CÂMARA	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE

PROGRAMA: 0039 - GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRANSPARENTE E CIDADÃ

MACRO OBJETIVO: MANTER O EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ASSEGURAR O CONTROLE DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL

OBJETIVO: IMPLEMENTAR A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM PARTICIPAÇÃO, PLANEJAMENTO, CONTROLE E EFETIVIDADE

1010 - CONSTRUÇÃO E REFORMA DE EDIFICAÇÕES PÚBLICAS	P	NOVOS PRÉDIOS	UNIDADE
1023 - MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E CAPACITAÇÃO DO SERVIDOR	P	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
1024 - MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO FISCAL	P	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
1067 - AMPLIAÇÃO E MODERN. SISTEMA DE TELECOMUNICAÇÃO MUNICIPAL	P	PESSOAS ATENDIDAS	UNIDADE
2004 - MANUTENCAO DO GABINETE DO PREFEITO	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2005 - DESENV. DAS AÇÕES ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2006 - DESENVOLVIMENTO DAS AÇÕES DA PROCURADORIA JURÍDICA	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2009 - ESTRUTURAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2010 - DESENV. DAS AÇÕES DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	A	produto 01	UNIDADE
2011 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2047 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSUNTOS INSTITUCIONAIS	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2048 - INSTALAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUT. DOS SIST. DE VIDEO E MONITORAMENTO DE ÓRGÃOS	A	produto 01	UNIDADE
2052 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
2101 - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE

[2903953:99999:GovNet by Link3 Versão:2023070600] SIAFIC do MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

Pag: 7 / 9

ESTADO DA BAHIA		LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO - 2024	
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA		METAS E PRIORIDADES	
		Anexo IV - R\$ 1.00	
		APOIO ADMINISTRATIVO	
Ação	Tipo	Produto	Unidade Medida
PROGRAMA: 0039 - GESTÃO DEMOCRÁTICA, TRANSPARENTE E CIDADÃ			
MACRO OBJETIVO: MANTER O EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ASSEGURAR O CONTROLE DO PATRIMÔNIO MUNICIPAL			
OBJETIVO: IMPLEMENTAR A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL COM PARTICIPAÇÃO, PLANEJAMENTO, CONTROLE E EFETIVIDADE			
2102 - MANUTENÇÃO DA SEGURANÇA PÚBLICA MUNICIPAL	A	AÇÕES ATENDIDAS	UNIDADE
PROGRAMA: 8888 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO			
MACRO OBJETIVO: OBJETIVO ESTRATÉGICO 1			
OBJETIVO: ..			
8888 - ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO	A	produto 01	UNIDADE
PROGRAMA: 9999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA			
MACRO OBJETIVO: OBJETIVO ESTRATÉGICO 1			
OBJETIVO: ..			
2999 - RESERVA DE CONTINGÊNCIA	A	produto 01	UNIDADE

ESTADO DA BAHIA
MUNICÍPIO DE BOM JESUS DA SERRA

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - LDO : 2024

METAS E PRIORIDADES

Anexo IV - RS 1,00

APOIO ADMINISTRATIVO

Acao	Tipo	Produto	Unidade Medida
------	------	---------	----------------

JORNANDO VILASBOAS ALVES - PREFEITO

GILENO GUIMARAES FERNANDES - CONTADOR